

**PARECER Nº 54/2023**

**PROJETO DE LEI Nº 22/2023**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**RELATOR VEREADOR NORALDINO DURÃES**

### **RELATÓRIO**

De autoria do senhor Prefeito, o Projeto de Lei nº 22/2023 “*dispõe sobre a criação da Política Municipal de Turismo de Arinos, cria o Conselho Municipal de Turismo, institui o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências*”.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei em exame visa instituir a Política Municipal de Turismo de Arinos, o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo.

Por consequência, este projeto de lei revoga as Leis nºs 798, de 30 de agosto de 1999; 1.119, de 16 de agosto de 2006; e 1.527, de 1º de junho de 2018, as quais tratam da matéria em questão.

Na mensagem de encaminhamento da proposição, salienta o senhor Prefeito que:

Com a implementação da Política Municipal de Turismo, do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, será possível garantir uma gestão mais eficiente e democrática das atividades turísticas em Arinos. Essas medidas possibilitam a criação de estratégias mais eficazes para o desenvolvimento do setor, além de permitir a participação da sociedade civil nas decisões e no financiamento de projetos relacionados ao turismo local, garantindo o desenvolvimento sustentável e democrático do turismo em Arinos, promovendo benefícios para a economia local, a população e o meio ambiente.

De acordo com o art. 8º do projeto de lei em tela, constituem objetivos da Política Municipal do Turismo: atender às diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Governo Federal, bem como às diretrizes das políticas públicas da Secretária de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais – SECULT/MG; facilitar e promover o turismo local e regional, contribuindo para a geração de emprego e renda; incentivar a participação dos produtores rurais, artesãos e agentes culturais, estimulando o comércio da população local e o uso dos serviços pela população e visitantes; entre outros.

Quanto ao Conselho Municipal de Turismo, estabelece o art 14 da proposição que este será constituído por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 4 (quatro) representantes do Poder Público e 6 (seis) representantes da comunidade.

Nos termos do art. 11 da proposição, compete ao referido Conselho: propor medidas que visem à qualidade, segurança e à eficiência da infraestrutura dos atrativos turísticos do município; apresentar campanhas e projetos educacionais que despertem a população para a defesa e a preservação do patrimônio ambiental e cultural do município; opinar sobre a celebração de convênios com outros entes federativos; entre outras atribuições.

Ademais, o projeto de lei em exame cria o Fundo Municipal de Turismo, cujas receitas decorrerão de dotações consignadas no orçamento municipal; de repasse de recursos de fundos similares, constituídos pelos governos federal e estadual; de doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados por organizações não-governamentais e por pessoas físicas ou jurídicas; de participação de bilheteria de eventos artísticos, culturais e esportivos, com fins lucrativos; entre outras.

Por fim, vale destacar a relevância da matéria em questão, pois, conforme destacado pelo seu autor, a implementação dessas medidas garantirá uma gestão mais eficiente e democrática das atividades turísticas em Arinos.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 22, de 2023.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2023.

Vereador NORALDINO DURÃES  
Relator